

# Banqueiros reabrem as baterias contra o Fundão

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Leo Wallace Cochrane Júnior, voltou a defender ontem uma reestruturação no sistema financeiro, com a extinção do Fundo de Aplicações Financeiras (Fundão). Ele garante, porém, que ainda não há uma articulação para pressionar a nova diretoria do Banco Central pela volta do *overnight*. Para o ex-diretor de Política Monetária do BC, Luiz Eduardo de Assis, é natural que as pressões voltem, pois os banqueiros não se conformam com a perda de rentabilidade do novo sistema. Ele lembra, porém, que o Fundão, através dos Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE), tem um papel central no Programa de Competitividade Industrial (PCI), que vinha sendo desenvolvido pelo Ministério da Economia.

A movimentação entre os banqueiros pela volta do *over* tem entre seus mais fortes argumentos a excessiva intervenção do Estado no sistema financeiro. Na avaliação dos principais representantes do setor, essa intervenção não atingiu os resultados propostos pelo governo. Segundo Cochrane, o Fundão não conseguiu garantir recursos de longo prazo e está operando com um prazo médio de 30 dias.

"A intervenção no sistema financeiro é grotesca", avalia o presidente da Febraban. "o governo direcionou todos os recursos e obteve uma colocação garantida de seus papéis, provocou uma diminuição brutal no mercado de distribuidoras e cor-

retoras, os bancos estão operando somente como emprestadores de dinheiro e não houve a contrapartida, pois a demanda por crédito é pequena", afirma. Cochrane considera interessante a proposta do ex-presidente do BC e atual vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Econômico, Carlos Brandão, de que sejam liberadas as operações de troca de reservas lastreadas em Certificados de Depósito Interbancários (CDI). "Ele é um dos criadores do mercado aberto e tem boas propostas", observa.

O ex-diretor de Política Monetária do BC, Luiz Eduardo de Assis, discorda das críticas. "Os banqueiros não acietaram que o Estado se apropriasse do ganho inflacionário das aplicações financeiras", afirma. "O fato de o Fundão ter dividido recursos com a poupança não é um defeito, mas uma virtude, pois o dinheiro que ficava 30 dias no *over* não deveria estar lá", ressalta. Mesmo assim, afirma, chegaram a representar recursos da ordem de Cr\$ 10 bilhões a Cr\$ 12 bilhões.

O TDE, uma das linhas para onde se dirigiam recursos do Fundão, se liga ao PCI e chegou a representar recursos da ordem de Cr\$ 80 bilhões — que seriam revertidos para a iniciativa privada, como lembra Assis. Depois de ter sofrido inúmeras pressões pela extinção do Fundão, ele garante que, por parte da antiga equipe, não havia qualquer disposição de alterar esse sistema.

**Wanise Ferrelra**